

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.155 - PR (2019/0296245-9)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : FELIX CAVINA SILVERIO
ADVOGADO : FÉLIX CAVINA SILVÉRIO - PR095626
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : ELVIS RONIE SANTI (PRESO)
ADVOGADO : FÉLIX CAVINA SILVÉRIO - PR095626
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de ELVIS RONIE SANTI - cuja prisão temporária foi decretada em 12/9/2019 pela suposta prática do delito de associação para o tráfico de drogas - contra decisão monocrática do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC n. 47782-21.2019.8.16.0000), que indeferiu a liminar pleiteada naquela instância (e-STJ fls. 12/21).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes os requisitos autorizadores da prisão temporária, porquanto não há indícios de autoria nem prova de materialidade dos delitos imputados ao paciente.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão temporária do paciente, com a expedição de salvo-conduto em seu benefício, e a superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

O Superior Tribunal de Justiça tem jurisprudência firmada no sentido de não caber *habeas corpus* contra decisão que indefere liminar, a menos que fique demonstrada flagrante ilegalidade, nos termos do enunciado n. 691 da Súmula do STF, segundo o qual não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de *habeas corpus* impetrado contra decisão do Relator que, em *habeas corpus* requerido a Tribunal Superior, indefere a liminar.

No mesmo sentido, confira-se o seguinte precedente:

Superior Tribunal de Justiça

CRIMINAL. HC. QUADRILHA. FURTO QUALIFICADO. PRISÃO PREVENTIVA. FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO. ATO DE DESEMBARGADOR. INDEFERIMENTO DE LIMINAR. SÚMULA N.º 691/STF. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ORDEM NÃO CONHECIDA. 1- Não cabe habeas corpus contra indeferimento de liminar, exceto em casos de evidente e flagrante ilegalidade, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que o mérito da ordem originária ainda não foi apreciado no Tribunal a quo. 2- Súmula n.º 691 que teve sua validade reafirmada pelo Supremo Tribunal Federal, com a ressalva de que o enunciado não impede o conhecimento de habeas corpus, se evidenciado flagrante constrangimento ilegal. 3- Não sendo possível constatar qualquer ilegalidade na decisão recorrida, deve o paciente aguardar a apreciação do mérito da questão aduzida em 2º grau. 4- Ordem não conhecida (HC n. 82.163/SP, Rel. Ministra JANE SILVA Desembargadora Convocada do TJ/MG DJe 1/10/2007).

Em situações excepcionais, entretanto, como forma de garantir a efetividade da prestação jurisdicional nas situações de urgência, uma vez constatada a existência de flagrante ilegalidade, abuso de poder ou teratologia, é possível a superação do mencionado enunciado sumular (HC n. 318.415/SP, de minha relatoria, Quinta Turma, julgado em 4/8/2015, DJe 12/8/2015).

Não é o que ocorre na espécie.

Consoante se observa dos autos, a decisão que indeferiu o pedido liminar na origem não ostenta ilegalidade evidente e apta a desafiar controle antecipado por este Superior Tribunal.

Ademais, a análise perfunctória do *writ* não evidencia a ocorrência de constrangimento ilegal hábil a permitir a concessão da ordem de ofício.

Nesse sentido, a decisão do Tribunal de origem (e-STJ fls. 18/19):

Mediante sumária análise da decisão atacada, infere-se que a magistrada a quo se atentou estritamente para o preenchimento dos requisitos que autorizam a aplicação da medida adotada. Em especial, consta verifica-se que foram analisados os

Superior Tribunal de Justiça

elementos colhidos pelas autoridades policiais, consubstanciados no relatório final, tendo em vista que foram mencionados os diversos delitos possivelmente cometidos, entre eles: os quais evidenciam a complexidade do caso.

Nesse contexto, afirmou a autoridade apontada como criminal, a prisão preventiva se faz imprescindível, vez que presentes os indícios de materialidade delitiva e, ainda, elementos informativos suficientes para indicar a relação do paciente com os demais investigados. Isso porque, conforme se depreende dos autos, após meses de investigação, as autoridades policiais identificaram o paciente como possivelmente responsável por exercer a função de "revendedor" (vide mov. 239.1 dos autos nº 0010414-71.2018.8.16.0045).

Ademais, a referida modalidade de prisão somente é cabível na fase pré-processual, como bem apontado pelo juízo de origem. Tem, portanto, como um de seus objetivos, possibilitar a colheita de elementos informativos a fim de embasar eventual oferecimento da denúncia, como também abordado no decreto prisional.

Dessa forma, não deve ser atribuída à prisão temporária a mesma severidade exigida na aplicação da prisão preventiva, no que se refere à individualização detalhada da participação de cada indivíduo possivelmente envolvido no delito em testilha, eis que não se trata de garantia da ordem pública, mas de viabilizar a investigação criminal, quando evidente o risco a esta em caso de soltura dos investigados.

Assim, não há que se falar em ausência de fundamentação da decisão atacada, eis que presentes e evidenciados os requisitos elencados pela Lei 7.960/89.

É certo que questões suscitadas pela defesa do paciente serão tratadas naquele *mandamus* por ocasião do julgamento de mérito, sem o qual esta Corte fica impedida de apreciar o alegado constrangimento ilegal, sob pena de incorrer em indevida supressão de instância e incidir em patente desprestígio às instâncias ordinárias.

Em conclusão, entendo não configurada hipótese excepcional de flagrante ilegalidade que justifique a superação da Súmula n. 691 do Supremo Tribunal Federal, resultando incabível a presente impetração.

Ante o exposto, com fundamento no artigo 210 do Regimento

Superior Tribunal de Justiça

Interno do Superior Tribunal de Justiça, **indeferro** liminarmente o presente *habeas corpus*.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

